

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA , ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,  
CONTABILIDADE E SECRETARIADO  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**AJUSTE E BALANÇO DE PAGAMENTOS NO BRASIL: ANÁLISE DO PERÍODO  
PÓS ABERTURA ECONÔMICA**

**Aluno:** Otavio Augusto Lima Pires

Fortaleza, Dezembro de 2000 - 2

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA , ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,  
CONTABILIDADE E SECRETARIADO  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**AJUSTE E BALANÇO DE PAGAMENTOS NO BRASIL: ANÁLISE DO PERÍODO  
PÓS ABERTURA ECONÔMICA**

**Aluno:** Otavio Augusto Lima Pires  
**Orientadora:** Ana Maria Fontenele

Monografia submetida à coordenação do curso de graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos registros necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Fortaleza – Ceará  
2000

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará.

Otávio Augusto Lima Pires	Média
Profª Ana Maria Fontenele Orientador	Nota
Profª Maria Cristina Pereira de Melo Membro da Banca Examinadora	Nota
Profª Jacqueline Franco Cavalcante Membro da Banca Examinadora	Nota

Monografia aprovada em 14 / 12 / 00.

**Ofereço a**

Francisco Otavio Cunha Pires, Julieta Calixto Lima Pires,

Patrícia , Julianne, Pamella :

com todo amor e carinho.

## AGRADECIMENTOS

Sou grato à todos que contribuíram para realização desta monografia, em especial minha orientadora Ana Maria Fontenele com quem tive a feliz oportunidade de trabalhar desde quando ingressei no PET.

Agradeço à CAPES por ter contribuído de forma significativa para minha formação através da bolsa do Programa Especial de Treinamento – PET.

Agradeço aos professores que contribuíram, de forma especial, para minha formação, dentre eles: prof<sup>a</sup> Jacqueline Franco, prof<sup>a</sup> Maria Cristina, prof<sup>a</sup> Goretti Braga, prof<sup>o</sup> Eurypedes, prof<sup>o</sup> Abreu, prof<sup>o</sup> Fábio Bastos, prof<sup>o</sup> Lemos. À todos o meu muito obrigado.

Agradeço, também, aos meus amigos que compartilharam comigo desse momento. Em especial: Áurea Lígia Duarte Sampaio, Danielly Landim, Sônia Rebouças, Keyla Cristina, Monaliza Ferreira, Valéria Passos, Andrea Praça, Carlos André Monteiro do Amaral, Leonardo Cartaxo, Danilo Rennó.

Por fim, agradeço à DEUS, à meus amados e queridos pais que me deram todo o apoio e amor que precisei, minhas irmãs e meus “tios-irmãos”: Antônio Calixto e Álvaro Calixto.

## RESUMO

Historicamente o desenvolvimento econômico brasileiro é marcado por estrangulamentos externos. O processo de substituição de importação só pode ser viabilizado graças ao capital estrangeiro, que financiou os déficits recorrentes em transações correntes. Dessa forma, verificamos que o recurso à dívida externa não é uma característica recente da economia brasileira. Desde o início do processo de abertura econômica o ambiente macroeconômico brasileiro tem-se caracterizado por um crescimento mais acelerado das importações do que das exportações, sobretudo no período pós - plano real dada a valorização artificial da moeda brasileira tornando deficitário o saldo do Balanço de Pagamentos.

## SUMÁRIO

Apresentação	01
--------------	----

### **Capítulo 1: “ Balanço de Pagamentos: Conceitos Fundamentais”**

1. Introdução	03
1.1. O Balanço de Pagamentos	04
1.2. A transferência de recursos para o exterior	08
1.3. Estrutura Geral do Balanço de Pagamentos	08
1.4. O Saldo em Conta Corrente	10
1.5. Equilíbrio no Balanço de Pagamentos	11
1.6. A Taxa de Câmbio	12
1.7. Notas Finais	15

### **Capítulo 2: “Equilíbrio externo e Balanço de Pagamentos na economia brasileira: a década de 80”**

2. Introdução	17
2.1. Contas Externas do Brasil: Anos 80	19
2.2. Dívida Externa	20
2.3. Balanço de Pagamentos	22
2.4. Notas Finais	24

### **Capítulo 3: “Equilíbrio externo e balanço de pagamentos pós abertura da economia brasileira”**

3. Introdução	26
3.1. Contas Externas do Brasil: Anos 90	27
3.2. Notas Finais	33
<b>Capítulo 4: “Análise comparada entre a década de 80 e 90”</b>	
4. Introdução	35
4.1 Análise Comparada: década de 80 e 90	35
4.2 Notas Finais	42
<b>Conclusão</b>	<b>43</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>45</b>



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Reservas em moeda estrangeira no Banco Central brasileiro, 1980-1989	20
Tabela 2 - Os parâmetros da dívida externa brasileira, 1980-86 (%)	21
Tabela 3 - Dívida externa total do Brasil, por prazo: 1982 – 1989	22
Tabela 4 - Balanço de Pagamentos: Brasil 1980/1989	24
Tabela 5 - Reservas em moeda estrangeira no Banco Central brasileiro, 1990 – 1999	30
Tabela 6 - Dívida externa total do Brasil, por prazo: 1990 – 1999	31
Tabela 7 - Balança de serviços do Brasil 1994-99, em valores líquidos	32
Tabela 8 - Passivo externo da economia brasileira (estoque): 1994-1997	32
Tabela 9 - Desnacionalização da economia brasileira: indicadores, 1995-99	36
Tabela 10 - Balança comercial do Brasil: 1980 – 1999	37
Tabela 11 - Dívida externa total do Brasil: 1980 – 1999	38
Tabela 12 - Balança de serviços do Brasil: 1980 – 1999, em valores líquidos	39
Tabela 13 - Déficit em transações correntes: Abril de 1999 e Abril de 2000	41

## APRESENTAÇÃO

Do ponto de vista econômico o mundo apresenta-se interligado através dos fluxos comerciais e financeiros. Esta integração é crescente e força estratégias para a maioria dos países que buscam se inserir no cenário econômico internacional, o que tem gerado ampla discussão sobre uma maior abertura econômica em relação ao resto do mundo. No caso brasileiro, sob qualquer critério, pode-se dizer que a economia encontra-se bastante internacionalizada.

O histórico caráter agro-exportador do Brasil fazia com que as exportações e importações tivessem elevada participação na renda nacional. Com a industrialização e o modelo de desenvolvimento adotado para o Brasil (Processo de Substituição de Importação - PSI) que visava atender a demanda doméstica, o país necessitava de alguma abertura tendo em vista que era necessário ampliar a sua capacidade produtiva. Sendo assim, mesmo tendo adotado um processo de industrialização voltado para o mercado interno havia uma forte e importante participação do mercado internacional na economia.

Os desequilíbrios no balanço de pagamento ao longo do programa de substituição de importações foram sistemáticos e notadamente graves na década de 80 e em virtude desses desequilíbrios, foram adotadas políticas comerciais protecionistas. A partir do governo Collor, principalmente, as dificuldades à importação foram consideravelmente relaxadas devido ter aumentado, nesse período, o fluxo de capitais privados em direção ao Brasil que cresceu em função das próprias modificações no sistema financeiro internacional e da sua política interna com suas elevadas taxas de juros.

O comportamento das contas externas, bem como a dinâmica do Balanço de Pagamentos que tem se delineado face ao processo de abertura econômica será a principal questão a ser tratada no estudo em pauta; interessa-nos saber quais os efeitos da abertura sobre o nível e a pauta do Balança de Pagamentos. Sendo assim, dividiremos o estudo em quatro capítulos.

O primeiro capítulo será dedicado a uma breve discussão de conceitos gerais: taxa de câmbio, balanço de pagamentos, balança comercial, importantes devido a necessidade de precisão do uso desses conceitos no estudo proposto. O segundo e o terceiro capítulo terão

como enfoque o equilíbrio externo e balanço de pagamento na economia brasileira durante a décadas de 80 e 90 respectivamente. No quarto capítulo será feita uma análise comparada entre a década de 80 e 90.

## CAPÍTULO 1

### **“Balanço de Pagamentos: conceitos fundamentais”**

#### **1.- Introdução**

Historicamente o desenvolvimento econômico brasileiro é marcado por estrangulamentos externos. O processo de substituição de importação só pode ser viabilizado graças ao capital estrangeiro, que financiou os déficits recorrentes em transações correntes. Dessa forma, verificamos que o recurso à dívida externa não é uma característica recente da economia brasileira.

Desde o início do processo de abertura econômica cristalizada no início dos anos 90 o ambiente macroeconômico brasileiro tem-se caracterizado por um crescimento mais acelerado das importações do que das exportações, sobretudo no período pós - plano real dada a valorização artificial da moeda brasileira tornando deficitário o saldo do Balanço de Pagamentos.

Neste capítulo apresentaremos conceitos e definições consideradas de fundamental importância para a compreensão do movimento das contas externas brasileiras.

### **1.1.- O Balanço de Pagamentos**

O Balanço de Pagamentos surgiu à medida que os países sentiram a necessidade de registrar as transações econômicas com o exterior para avaliar seu comportamento.

Com o comércio internacional em ascensão e com as dificuldades geradas pelos problemas econômicos foi elaborada esta peça contábil que registra, classifica e interpreta as transações internacionais. Devido ao interesse dos países, o **FMI** criou uma padronização internacional das contas e passou a divulgar os Balanços de Pagamentos dos países membros. No Brasil, o Balanço de Pagamentos é elaborado pelo Banco Central que adota a regra das partidas dobradas na contabilização desses registros. As principais finalidades do Balanço de Pagamentos consistem em:

- Fornecer informações sobre o comportamento do país diante do comércio internacional;
- Ser um instrumento que auxilie o governo a tomar decisões necessárias para corrigir eventuais problemas de comércio internacional;
- Servir para medir os efeitos das medidas tomadas.

O primeiro conceito de Balanço de Pagamentos se referia a este como sendo um registro dos pagamentos e recebimentos feitos com o exterior. Verificou-se porém, que o Balanço de Pagamentos deveria abranger operações que não eram nem pagamentos nem recebimentos. Sendo assim, passou-se a adotar a definição do **FMI**: *“Balanço de Pagamentos é o registro sistemático de todas as transações econômicas realizadas entre residentes e não-residentes, durante um determinado período de tempo, geralmente um ano .”*

O Balanço de Pagamentos é constituído por quatro contas que podem ser divididas em dois grandes grupos: as transações correntes<sup>1</sup> e a conta de capital<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Entende-se por transações correntes a soma algébrica dos saldos contabilizados na balança comercial, na balança de serviços e nas transferências unilaterais. As transações dessa balança são as que afetam diretamente a renda nacional, sendo consideradas as mais importantes do balanço de pagamentos.

<sup>2</sup> Agrupa contas que representam modificações nos direitos e obrigações de residentes no país para com os não residentes.

As transações correntes referem-se às movimentações de mercadorias e serviços; incluem as contas da **balança comercial, balança de serviços e transferências unilaterais**.

A balança comercial registra simplesmente o saldo das exportações (fob)<sup>3</sup>, sobre as importações, as primeiras computadas com sinal positivo, as segundas com sinal negativo.

A balança de serviços registra as negociações internacionais dos chamados bens invisíveis e os rendimentos de investimentos. Engloba os recebimentos e pagamentos de residentes ao exterior e de não – residentes ao país, de diversos tipos de transações, dos quais destacam-se : os fretes, os pagamento de *royalties*, os seguros, as viagens internacionais, os lucros, os juros e os dividendos.

As transferências unilaterais - São consideradas como Transferências Unilaterais os donativos, as remessas para a manutenção de residentes no país, reparações de guerra, auxílios a instituições beneficentes ou religiosas. Sendo assim, percebe-se que tais transferências não criam obrigações, ou seja, o país que entrega moeda não recebe nada em troca.

As transações correntes correspondem a soma algébrica dos saldos contabilizados na Balança Comercial, na Balança de Serviços e nas Transferências Unilaterais. As transações dessa balança são as que afetam diretamente a renda nacional, sendo consideradas as mais importantes do Balanço de Pagamentos.

As transações correntes também denominadas de balanço de pagamentos em conta corrente possui um significado preciso; indica o quanto o país exporta ou importa de poupanças para financiamento da formação de capital. Um *superávit* no balanço de transações correntes indica que o país poupa mais do que investe internamente e, que a diferença é enviada para o exterior para financiar a formação de capital do resto do mundo.

A **conta de capital** registra modificações nos direitos e obrigações de residentes no país para com os não residentes. Inclui: os investimentos diretos, ou seja, o capital de risco.

---

<sup>3</sup> O termo FOB ( do Inglês Free on Board ) significa que os custos de frete e seguro não são incluídos.

Sendo ele parte integrante do patrimônio da empresa, corre o risco de ter lucro ou prejuízo. Refere-se ao capital de não residentes aplicados no país; bem como os investimentos feitos por residentes aplicados no exterior; os empréstimos e financiamentos obtidos por residentes no país, no exterior, ou os concedidos a não residentes; as amortizações pelo pagamento parcial de dívidas que, como os investimentos, podem ser entradas ou saídas de capital e os capitais de curto prazo, que significam empréstimos e financiamentos por um período inferior a um ano.

O resultado do balanço de pagamentos é a soma do resultado em transações correntes (soma algébrica dos saldos contabilizados na balança comercial, balança de serviços e transferências unilaterais) e do resultado da conta de capital. Se as transações correntes e a conta de capital apresentarem um superávit, o balanço de pagamentos apresentará superávit; o que significa dizer que as receitas totais (entradas) excederam as despesas totais (saídas). Ocorrendo o inverso, o balanço de pagamentos estará em *déficit*. O balanço de pagamentos estará equilibrado quando uma conta estiver em *superávit* e a outra em *déficit*, na mesma extensão.

De acordo com o critério das partidas dobradas nos registros do balanço de pagamentos, o saldo em transações correntes deve ser igual ao saldo do balanço de capitais com o sinal contrário. De maneira que:

$$T_c + K = 0 \blacktriangleright T_c = -K$$

Onde:

$T_c$  = saldo em transações correntes;

$K$  = saldo da conta de capitais.

Quando um país apresenta um *superávit* (*déficit*) em transações correntes, sua conta de capital é necessariamente negativa (positiva).

A conta de capital se decompõe em duas partes:

- a primeira corresponde às entradas e saídas voluntárias de capital – **capitais autônomos**;

- a segunda corresponde às contas de caixa, os empréstimos da regularização e os atrasados, contabilizam as variações de reservas internacionais à disposição das autoridades monetárias – **capitais compensatórios**.

Sendo assim, a tautologia anterior pode ser apresentada da seguinte forma:

$$T_c = -K = - (K_a + K_c)$$

Ou, ainda:

$$T_c + K_a = - K_c$$

Esta identidade implica que se as estatísticas do balanço de pagamentos fossem rigorosamente apuradas dentro do sistema de partidas dobradas, a soma algébrica do saldo das transações correntes com o movimento de capitais autônomos deveria ser igual ao chamado saldo total do balanço de pagamentos, de igual valor absoluto e sinal contrário ao saldo do movimento de capitais compensatórios. As estatísticas, entretanto, são computadas com imperfeições que não permitem uma contabilização rigorosa dentro do princípio das partidas dobradas. Dessa forma, presume-se que os erros e omissões tenham ocorrido na apuração do balanço em transações correntes e / ou capitais autônomos. Soma-se, então, o termo “Erros e Omissões” ao subtotal dado pelo balanço em transações correntes mais capitais autônomos, de forma a se obter o saldo total do balanço.

Registrando um *déficit* no saldo total do balanço de pagamentos, este só poderá ser financiado por uma perda de reservas e/ou aquisição de empréstimo de regularização que equivalem ambas a um lançamento contábil positivo, o que implicará num saldo positivo do movimento de capitais compensatórios. Na impossibilidade de se fazer frente ao *déficit*, a conta atrasados será creditada garantindo a igualdade entre o saldo do balanço de pagamentos e o simétrico do saldo de capitais compensatórios.

Além das definições das próprias contas do balanço de pagamentos retiramos algumas definições resultantes dessas contas.



## **1.2.- A Transferência de Recursos para o Exterior**

No balanço externo de serviços existem duas categorias: a) os serviços não fatores que são os fretes, seguros, viagens internacionais e serviços governamentais; b) os serviços fatores que são os juros, as remessas de lucros, os *royalties*, os aluguéis, de equipamentos, os pagamentos de assistência técnica e as rendas de trabalho. Os serviços não - fatores, ao contrário dos serviços fatores, não representa remuneração de fatores de produção.

A transferência líquida de recursos para o exterior corresponde ao saldo das exportações de bens e serviços não – fatores sobre as importações de bens e serviços não – fatores. O que equivale ao saldo comercial mais o saldo de serviços não – fatores. As exportações de bens e serviços não – fatores correspondem ao que o país produz e é enviado para fora de suas fronteiras; já as importações de bens e serviços não – fatores indicam o que o resto do mundo produz para ser absorvido dentro do país. A diferença equivale a transferência líquida de recursos para o exterior; tal transferência, com o sinal trocado, denomina-se “hiato de recursos”, sinalizando o excesso do que o país absorve sobre aquilo que é produzido.

Vejamos no quadro a seguir como se estrutura um balanço de pagamentos típico:

### **1.3.- Estrutura Geral do Balanço de Pagamentos**

#### **I. Balança Comercial**

	Exportação (FOB)
	Importação (FOB)

#### **II. Balança de Serviços**

	Viagens Internacionais
	Transportes
	Seguros

Rendas de Capital

Lucros e Dividendos
Lucros Reinvestidos
Juros

Serviços Governamentais

Serviços Diversos	Relativos a Fatores de Produção
	Não relativos a Fatores de Produção

**III. Transferências Unilaterais**

**IV. Saldo do Balanço e Pagamentos em Conta Corrente ( I + II + III )**

**V. Movimento de Capitais Autônomos**

Investimentos Diretos
Reinvestimentos (Contrapartida dos Lucros Reinvestidos)
Empréstimos e Financiamentos
Amortizações
Capitais a Curto Prazo
Outros Capitais

**VI. Erros e Omissões**

**VII. Saldo Total do Balanço de Pagamentos (IV + V + VI)**

**VIII. Movimento de Capitais Compensatórios (Demonstrativos de Resultados)(- VII)**

a) Contas de Caixa

Haveres a Curto Prazo	Variações no Total
No Exterior	Contrapartida para Valorizações/Desvalorizações

Ouro Monetário	Variações no Total
	Contrapartida para Valorizações/Desvalorizações
	Contrapartida para Monetização/Desvalorização

Direitos Especiais de Saque	Variações no Total
Posição de Reservas no Fundo	Contrapartida para Alocação/Cancelamento
	Contrapartida para Valorizações/Desvalorizações
	Variações no Total
	Contrapartida para Valorizações/Desvalorizações

- b) Empréstimos de Regularização
- c) Atrasados

#### **1.4.- O Saldo em Conta Corrente**

Os *déficits* em **transações correntes**, de certo modo, se realimentam. Países deficitários cobrem o seu desequilíbrio em conta corrente recebendo capitais externos que deveriam ser aplicados em projetos de investimento que gerassem exportações adicionais ou reduções de importações capazes de compensar os encargos de juros e de remessas de lucros.

Definamos o **Passivo Externo Líquido** como sendo igual: ao Saldo devedor dos empréstimos concedidos pelo país ao exterior + Estoques de capitais estrangeiros de risco investidos no país – Estoques de capitais nacionais de risco investidos no exterior + Saldos das obrigações a curto prazo do país com o exterior – Saldos das reservas internacionais (haveres líquidos no exterior, ouro monetário, direitos especiais de saque e posição de reservas no Fundo).

Nos primeiros anos a década de 1980, a maior parte do passivo externo líquido dos países em desenvolvimento era representada pela sua **dívida externa líquida**, isto é, pela sua **dívida bruta** menos reservas.

Podemos concluir, com a definição apresentada, que o passivo externo líquido é o déficit do balanço em transações correntes, ou melhor, o hiato de recursos mais a renda líquida enviada para o exterior.

### **1.5.- Equilíbrio no Balanço de Pagamentos**

A não ser em um regime de taxas flutuantes o balanço de pagamentos dificilmente se equilibra. Os déficits, registrados no balanço de pagamentos, só podem subsistir enquanto houver reservas ou outros capitais compensatórios que os financiem. Os déficits existentes devem ser corrigidos por alguma das seguintes medidas:

- desvalorizações reais da taxa de câmbio;
- redução do nível da atividade econômica;
- restrições tarifárias ou quantitativas às importações;
- subsídios às exportações;
- aumento da taxa interna de juros;
- controle da saída de capitais e de rendimentos para o exterior.

Medidas como o aumento interno da taxa de juros e o controle da saída de capitais e de rendimentos para o exterior procuram ajustar o balanço de pagamentos atraindo ou evitando a fuga de capitais autônomos. Tais medidas são mais eficazes no curto prazo. Aumentando-se os juros internos o país tende a atrair capitais financeiros, o chamado capital especulativo. O agravante é que esse capital é extremamente volátil. O controle da saída e entrada de capitais e rendimentos para o exterior prejudica a entrada de novos capitais autônomos devido os investidores não quererem investir em um país onde seus recursos possam ficar bloqueados.

A desvalorização real da taxa de câmbio é a medida mais tradicional para se ajustar os déficits no balanço de pagamentos, sua adoção, no entanto, implica o aumento dos preços dos produtos de importação e exportação relativamente aos bens e serviços produzidos no país e não transacionáveis com o exterior.

Ao reduzir o nível de atividade econômica contribui-se para a redução do déficit em transações correntes de duas formas: a) ao produzir menos, o país importa menos; b) a geração de capacidade ociosa interna incentiva as empresas nacionais a buscar novos mercados no exterior.

Restrições tarifárias ou quantitativas às exportações, da mesma forma como os subsídios às exportações, são formas indiretas de desvalorização cambial. Tais medidas são consideradas tecnicamente inferiores às desvalorizações cambiais pelos seguintes motivos:

- podem distorcer a alocação de recursos;
- são freqüentemente neutralizadas por medidas retaliatórias dos outros países;
- podem gerar a expectativa de futuras desvalorizações cambiais, como solução definitiva para o ajuste do balanço e pagamentos.

### **1.6.- A Taxa de Câmbio**

A taxa de câmbio é o valor que uma moeda nacional possui em termos de outra moeda nacional, ou seja, é a taxa pela qual duas moedas de países diferentes podem ser trocadas<sup>4</sup>. Tal taxa permite-nos estabelecer, via padronização das moedas, os preços de equilíbrio dos mercados nacionais em uma unidade monetária.

A taxa de câmbio possui a função básica de exprimir a relação efetiva de troca entre diferentes países, o que constitui um importante fator de competitividade.

Os dispêndios de residentes brasileiros em bens, serviços ou ativos estrangeiros e todas as transferências realizadas ao exterior, representam demanda por moeda estrangeira. Dessa forma, a totalidade dos dispêndios de residentes de um país no exterior representa uma demanda equivalente por moeda estrangeira no mercado de câmbio doméstico. Podemos dizer também que a totalidade dos dispêndios de residentes de um país no exterior representa uma oferta correspondente de moeda doméstica no mercado de câmbio externo.

O valor total dos créditos<sup>5</sup> no balanço de pagamentos é igual à oferta de moeda estrangeira no mercado de câmbio doméstico, ou seja, a demanda por moeda doméstica no mercado de câmbio internacional.

É de extrema relevância que se faça, de início, uma distinção entre taxa de câmbio real e taxa de câmbio nominal, bem como os diferentes regimes cambiais em que opera para que

---

<sup>4</sup> Economia Brasileira Contemporânea, pág 157.

<sup>5</sup> Valor total lançado com sinal positivo

se possa compreender a evolução da política cambial brasileira e os efeitos da política cambial sobre o setor externo de um país. Entende-se por taxa nominal de câmbio o preço de uma unidade monetária local expresso em outra unidade monetária, o que revela portanto, uma relação entre quantidades de moeda<sup>6</sup>.

Considerando uma depreciação nominal da moeda local, *ceteris paribus*, a competitividade de ativos e mercadorias locais no estrangeiro, é reduzida; o que faz estimular um aumento das exportações e uma redução das importações, visto que é necessário dar mais moeda nacional para obter uma unidade de moeda estrangeira.

A taxa de câmbio real corresponde ao preço relativo de bens entre dois países, ou seja, nos informa a que taxa são trocados os bens de um país pelos bens de outro país<sup>7</sup>. De uma maneira geral, a taxa de câmbio real pode ser representada pela expressão:

$$e_r = ( e \cdot P^* ) / P$$

Onde:

$e_r$  = taxa de câmbio

$e$  = taxa de câmbio nominal

$P^*$  = preço internacional

$P$  = preço nacional

O comportamento das importações e exportações é influenciado pelos níveis da taxa de câmbio real. Considerando uma desvalorização real da moeda doméstica, ou seja, uma redução do valor da moeda interna em relação à moeda estrangeira, observa-se um encarecimento dos bens e serviços produzidos no exterior em relação aos produzidos domesticamente o que estimula a demanda por esses bens e serviços. É nesse sentido que uma desvalorização real da taxa de câmbio é considerada o mais eficaz dos mecanismos de correção dos *déficits* em conta corrente do balanço de pagamentos, visto que aumenta o saldo

<sup>6</sup> Usualmente fala-se em desvalorização ou valorização quando se refere a taxa de câmbio fixa e em depreciação ou apreciação quando se refere a taxa de câmbio flexível

<sup>7</sup> Mankiw, pág. 133

comercial e de serviços não – fatores<sup>8</sup>. Se, ao contrário, a taxa de câmbio se valoriza, aumenta o valor da moeda interna em relação ao valor da moeda estrangeira o que faz com que os bens produzidos internamente tornem-se, relativamente, mais caros em relação aos estrangeiros. Dessa forma, a demanda pelos bens importados é estimulada e as exportações comprometidas.

Faz-se necessário saber como se determina o valor da taxa de câmbio. Em um regime de taxas fixas o Banco Central, além de determinar o valor da taxa de câmbio, fica com o compromisso de comprar e vender a moeda estrangeira de referência a um preço fixo, sendo esse expresso em moeda nacional; para isso utiliza-se do seu estoque de reservas. Em tal regime situações de déficits ou superávits que persistem no balanço de pagamentos são extremamente prejudiciais na medida em que resultam em um esgotamento das reservas e num custo de oportunidade representado por uma restrição ao bem estar da sociedade.

No regime de taxas puramente flutuantes a taxa de câmbio é determinada pelas forças de mercado, o Banco Central nem compra nem vende moeda. Este regime assegura o equilíbrio automático do balanço de pagamentos, além de conferir um maior isolamento da economia doméstica em relação aos choques externos.

Além desses dois extremos, taxas fixas e taxas flutuantes, existem outros regimes cambiais que são resultantes da combinação dos mesmos. Vale ressaltar o regime conhecido por “flutuação suja” (*Dirting Floating*), assim denominado devido as intervenções das autoridades monetárias em um regime flutuante, essas intervenções tentam limitar a instabilidade da taxa de câmbio. Outro regime que merece destaque e é fruto dessa combinação é o regime de “bandas cambiais”. Neste regime cambial é fixado uma taxa de câmbio central e um intervalo de variação para cima ou para baixo. A taxa de câmbio é determinada pelo sistema flutuante enquanto permanecer dentro do intervalo que foi estipulado; ao atingir os limites, o Banco Central atua como se fosse um sistema de câmbio fixo.

---

<sup>8</sup> Mário Henrique Simonsen e Rubens Cysne. 2ªed. São Paulo: Atlas,1995, pág. 100

### 1.7.- Notas Finais

O balanço de pagamentos surgiu à medida que os países começaram a sentir a necessidade de avaliar a importância de seu comportamento, para tanto o **FMI** criou uma padronização internacional das contas e passou a divulgar os balanços de Pagamento dos países membros. No Brasil o balanço de pagamentos é elaborado pelo Banco Central que adota a regra das partidas dobradas, ou seja, a cada crédito corresponde um débito. O Balanço de Pagamentos é constituído por quatro contas que podem ser divididas em dois grandes grupos: as transações correntes e a conta de capital. A conta de capital se divide em duas partes: capitais autônomos e capitais compensatórios. Os primeiros correspondem às entradas e saídas de divisas, já os segundos correspondem às contas de caixa, os empréstimos de regularização e os atrasados, contabilizam as variações de reservas internacionais à disposição das autoridades.

A transferência líquida de recursos para o exterior corresponde ao saldo das exportações de bens e serviços não – fatores sobre as importações de bens e serviços não – fatores. O que equivale ao saldo comercial mais o saldo de serviços não – fatores.

A medida mais tradicional para se ajustar os déficits no balanço de pagamentos é a desvalorização real da taxa de câmbio, sua adoção, no entanto, implica o aumento dos preços dos produtos de importação e exportação relativamente aos bens e serviços produzidos no país e não transacionáveis com o exterior.

O *déficit* em transações correntes é um indicador importante porque mostra a dependência do país em relação aos capitais estrangeiros. Sempre que se gasta acima de suas receitas nas suas transações com o resto do mundo, o país é obrigado a tomar empréstimos ou a atrair investimentos.

O regime em que opera a taxa de câmbio pode ser flutuante ou fixo. No regime flutuante a taxa de câmbio é determinada pelas forças de mercado, sem intervenção do Banco Central; já em um regime de taxas fixas o Banco Central, além de determinar o valor da taxa de câmbio, fica com o compromisso de comprar e vender a moeda estrangeira de referência a um preço fixo, sendo esse expresso em moeda nacional.



Até o início do plano real o regime cambial brasileiro tendia a uma desvalorização da moeda nacional, tendência que foi revertida no período pós - plano real , quando o câmbio sobrevalorizado passou a determinar déficits sucessivos em transações e aumento da dívida externa .

## CAPÍTULO 2

### **“Equilíbrio externo e Balanço de Pagamentos na economia brasileira: a década de 80”**

#### **2.- Introdução**

O processo de abertura econômica que teve início no final da década de 80 e que tomou um impulso mais forte no início dos anos 90 fez com que a economia brasileira se deparasse com significativas mudanças como aquelas ocorridas na estrutura produtiva, no âmbito financeiro e no âmbito do comércio externo.

Como consequência, houve uma maior exposição ao comércio externo com a redução de grande parte das barreiras às importações, o que fez ocasionar sucessivos *déficits* na Balança Comercial.

No final da década de 70 ocorreu o segundo choque do petróleo, ocasionando um acentuado declínio nas relações de troca. Além disso, houve um considerável aumento nas taxas de juros mundiais o que aumentou automaticamente o custo de novos empréstimos, além do serviço da dívida não liquidada. O então presidente, general Figueiredo, possuía no início de seu governo, duas árduas tarefas: controlar a taxa de inflação crescente e a dívida externa cujo serviço já consumia dois terços dos ganhos com exportações. Assim tem início a década de 80.

Nos anos 80 o pagamento do serviço da dívida da América Latina como um todo foi da ordem de 81,7 bilhões de dólares, ou seja, o dobro do que havia sido pago durante os anos 70. Tal década foi caracterizada por estagnação econômica, inflação alta e crise social.

Em 1982 o governo mexicano decretou a moratória suspendendo o pagamento do serviço da dívida o que levou a que os bancos privados interrompessem os créditos para os países devedores, ou seja, foi interrompida a rolagem da dívida externa.

Como resultado tem-se, então, um processo de reprogramação e refinanciamento das dívidas externas o que ficou a cargo do Fundo Monetário Internacional – FMI. Se tal reprogramação e refinanciamento não tivessem sido adotado, os principais emprestadores dos anos 70 os bancos privados poderiam quebrar, o que traria graves conseqüências para o capitalismo dos países centrais.

As características do programa supervisionado pelo FMI consistiam do aumento da taxa de câmbio real, da diminuição da demanda interna por meio da redução do consumo, do investimento privado, dos gastos públicos e do aumento das taxas de impostos. Todos os países afetados pela crise da dívida receberam o mesmo diagnóstico e o mesmo remédio, o que fez com que eles sofressem basicamente as mesmas conseqüências: recessão econômica, altas taxas de inflação e crise social acompanhada de instabilidade política.

Segundo CARNEIRO,

*“As árduas negociações ( que levavam às cartas de intenção ) entre o governo brasileiro e o FMI mostram as dificuldades existentes na adaptação das receitas ortodoxas do Fundo a uma economia em desenvolvimento altamente indexada, em que o governo era responsável por cerca de um terço a metade do investimento total e pela intermediação de uma grande parte dos investimentos privados através da administração de uma grande parte dos investimentos privados através a administração de fundos de poupança forçada.”*

(1986 : 101-02)

O programa de ajuste acertado entre o governo brasileiro e o FMI tinha como motivação inicial fazer com que fossem honrados o serviço da dívida, ou seja, gerar *megasuperávits* comerciais, além de modificar a forma de inserção da economia brasileira na economia mundial.

Para melhor avaliar os efeitos da abertura econômica sobre as contas externas da economia brasileira, faremos neste capítulo uma análise comportamental dos seguintes indicadores econômicos: reservas internacionais, dívida externa e saldo do balanço de pagamentos. Tal análise tomará como referencial a década de 80.

## **2.1.- Contas externas do Brasil: anos 80**

De Dezembro de 1983 a setembro de 1984 foi o período em que o Brasil se submeteu quase que totalmente às exigências do FMI. Em 1987, o presidente José Sarney decide suspender unilateralmente todos os pagamentos de juros relativos à dívida externa de médio e longo prazo devido aos bancos comerciais estrangeiros. Tal decisão foi tomada devido à queda no *superávit* comercial e a redução nas reservas brasileiras. Foram também congelados os depósitos comerciais e interbancários em agências de bancos brasileiros no exterior.

Analistas afirmavam que se nenhuma medida fosse adotada, nossas reservas se esgotariam em poucos meses. Para termos uma idéia, no final de fevereiro de 1987 as **reservas brasileiras** haviam baixado para algo em torno de 3 bilhões de dólares. Contudo a moratória foi rapidamente abandonada e o governo já retomava, em novembro de 1987, as negociações dos pagamentos.

Na época do Plano Cruzado, o Brasil apresentava uma razoável situação externa; a maxidesvalorização da moeda em fevereiro de 1983 e a manutenção das minidesvalorizações tornaram a taxa de câmbio favorável às exportações. As exportações industriais estavam favorecidas devido ao aumento nos preços agrícolas. Houve então um *superávit* extremamente significativo na balança comercial desde 1983, fato que permitiu ao país acumular US\$ 11 bilhões em reservas cambiais (Ver Tabela 1).

**Tabela 1 - Reservas em moeda estrangeira no Banco Central brasileiro, 1980-1989**

**Conceito de caixa ( US\$ milhões )**

Ano	US\$ milhões
1980	6.913
1981	7.507
1982	3.994
1983	4.563
1984	11.995
1985	11.080
1986	6.760
1987	7.458
1988	9.140
1989	9.679

*Fonte: Conjuntura Econômica, fev. 2000*

O bom desempenho da balança comercial permitiu ao país cobrir sua conta de juros até início de 1986; a partir de então, as perdas de reservas aumentaram, ocasionando a suspensão dos pagamentos de juros aos bancos comerciais em fevereiro de 1987.

**2.2.- Dívida Externa**

Em agosto de 1982 o México decreta moratória o que ocasionou o fechamento dos mercados internacionais para o financiamento da dívida latino-americana.

Analisando a Tabela 2 constata-se que, em 1982, o serviço da dívida consumia o valor correspondente a 83% das receitas de exportação enquanto que os pagamentos dos juros consumiam 52%; já a relação dívida/PIB era 29,4%.

**Tabela 2 - Os parâmetros da dívida externa brasileira, 1980-86 (%)**

	Relação	Relação	Indicadores	
	dívida/PIB	dívida/exportação	Serviço da dívida	
	(1)	(2)	(3)	(4)
1980	21,6	246,3	51,8	28,9
1981	26,1	280,9	61,0	35,9
1982	29,4	378,5	83,3	51,6
1983	43,6	387,8	78,5	40,4
1984	46,0	337,0	66,3	42,2
1985	43,4	369,2	75,8	43,1
1986	37,7	426,1	-	-

*Obs:* A coluna (3) inclui juros e amortização.

A coluna (4) inclui somente juros.

*Fonte:* MARTONE, Celso L. *Macroeconomic policies, debt accumulation, and adjustment in Brazil*, World Bank discussion Paper 8. Washington,, D. C.: World Bank, mar./1987,p.10. A série temporal de Martone foi estendida a partir de dados da *conjuntura Econômica*.

Em relação a dívida externa de curto prazo vale salientar que em dezembro de 1982, tal dívida havia atingido o equivalente a 27,8% do total da dívida externa. Considerando não somente a dívida de curto prazo de residentes brasileiros, como também as subsidiárias de bancos brasileiros, o total da dívida brasileira era de aproximadamente US\$ 85 bilhões no final de 1982. (ver Tabela 3)

Com a crise da dívida externa em 1982 e a maior dificuldade de se obter recursos externos o governo foi forçado a adotar um programa de ajustamento das contas externas que primava por *superávits* comerciais que iriam compensar os *déficits* na balança de serviços e permitir o pagamento dos juros da dívida externa.

Segundo VASCONCELOS,

*“ A crise da dívida externa do Brasil e de outros países do Terceiro Mundo serve para ilustrar os limites da manutenção por longos períodos de tempos de déficits nas transações correntes financiados com endividamento externo. Em determinado ponto, só o pagamento de juros sobre esta dívida pode consumir todo o esforço exportador do país”.* (1996:154)

A título de explicação pode-se dizer que as principais causas da dívida externa brasileira foram o choque do petróleo, o aumento das taxas de juros internacionais e inabilidade do governo em formular políticas eficazes capazes de combater tal problema.

**Tabela 3 – Dívida externa total do Brasil, por prazo: 1982 – 1989 (milhões de dólares)**

Ano	Dívida total	Médio e longo prazo	Curto prazo
1980	64.245	53.848	10.397
1981	73.963	61.411	12.552
1982	85.304	70.198	15.106
1983	93.556	81.319	12.237
1984	102.040	91.091	10.949
1985	105.171	95.857	9.314
1986	111.203	101.759	9.444
1987	121.188	107.514	13.674
1988	113.511	102.555	10.956
1989	115.506	99.285	16.221

*Fonte: Conjuntura Econômica, fev. 2000 & Banco Central*

### **2.3.- Balanço de Pagamentos**

O Brasil, durante a década de 80, conseguiu um *superávit* de 95,5 bilhões de dólares na sua balança comercial. Em contrapartida acumulou um *déficit* de US\$ 141,9 bilhões na balança de serviços. 97,3 bilhões de dólares desse *déficit* correspondiam ao pagamento de juros enquanto 91,1 bilhão de dólares correspondiam a remessa de lucros e dividendos. O Brasil, durante a década de 80, enviou para o exterior a quantia líquida de 42,3 bilhões de dólares.

Na década de 80 verificou-se que as exportações tiveram um bom desempenho o que contribuiu para que o Brasil apresentasse, durante quase toda a década, um saldo positivo da

balança comercial. Em 1982 e 1985/86 ocorreu uma ligeira redução do valor das exportações ocasionada pelas desvalorizações da taxa de câmbio e por conta da redução da atividade econômica no país. O mercado externo, devido a redução da atividade econômica interna, passou a ser uma fundamental fonte de vendas para os produtores locais. De 1980 a 1989 o volume exportado passou de US\$ 20,131 bilhões para US\$ 34,406 bilhões.

O extraordinário declínio das importações brasileiras de US\$ 22,9 bilhões em 1980 para US\$ 13,2 bilhões em 1985 deveu-se à queda do PIB e aos investimentos feitos nas indústrias de substituição de importações nos anos 70.

De 1981 a 1984 o Brasil passou por uma recessão decorrente de políticas de ajuste para combater a crise da dívida externa, tal ajuste reverteu consideravelmente a posição do balanço de pagamentos do país (ver Tabela4). A recessão produziu *superávits* comerciais decorrentes de uma acentuada queda nas importações de US\$ 22,9 bilhões em 1980 para US\$ 15 bilhões em 1983. Em 1984, ano em que o Brasil retomou o crescimento econômico, foi a vez do crescimento das exportações contribuírem para fossem gerados *superávits* comerciais.

Em relação à entrada de capitais no país, observa-se uma retração em 1982 devido a crise da dívida externa. Dessa forma, o balanço de pagamentos passa a apresentar *déficits* com ameaças de crise cambial, o que veio consolidar-se em 1986 quando o governo permitiu a valorização do câmbio em um momento em que a economia estava aquecida.



**Tabela 4 – Balanço de Pagamentos: Brasil 1980/1989 – US\$ Bilhões**

Ano	Exportações	Importações	Saldo da Balança Comercial	Saldo da Balança de Serviços	Saldo de Transações Correntes	Conta de Capitais	Saldo do Balanço de Pagamentos
1980	20,1	22,9	-2,8	-10,2	-12,8	9,7	-3,5
1981	23,3	22,1	1,2	-13,1	-11,7	12,8	0,6
1982	20,2	19,4	0,8	-17,1	-16,3	7,8	-8,8
1983	21,9	15,4	6,5	-13,4	-6,8	2,1	-5,4
1984	27,0	13,9	13,1	-13,2	0,04	0,2	0,7
1985	25,7	13,2	12,5	-12,9	-0,2	-2,5	-3,2
1986	22,3	14,0	8,3	-13,7	-5,3	-7,1	-12,4
1987	26,2	15,0	11,2	-12,7	-1,4	-0,7	-3,0
1988	33,8	14,6	19,2	-15,1	4,2	3,6	7,0
1989	34,4	18,3	16,1	-15,3	1,0	-3,6	-3,4

Fonte: Banco Central.

#### 2.4.- Notas Finais

A maior parte do crescimento da dívida externa brasileira na segunda metade da década de 70 foi justificado pelas autoridades brasileiras como sendo decorrente da substituição de importação. Em 1979 o segundo choque do petróleo e o choque das taxas de juros no início dos anos 80 levaram à crise provocada pela dívida fato que ocasionou a estagnação econômica e a explosão inflacionária em tal década.

A balança comercial apresentou um comportamento favorável durante quase toda a década de 80. Vale destacar que de 1978/80 tal conta apresentou *déficits* que foram decorrentes dos choques do petróleo ocorridos em 1973 e 1979 fato que fez aumentar o preço desse produto que possui expressiva participação na pauta de importação brasileira.

A balança de serviços, por sua vez, acumulou um *déficit* de US\$ 141,9 bilhões. 97,3 bilhões de dólares desse *déficit* correspondiam ao pagamento de juros enquanto 91,1 bilhão de dólares correspondiam a remessa de lucros e dividendos.

Em 1982 observa-se uma retração na entrada de capitais no Brasil como consequência da crise da dívida externa. Sendo assim, o balanço de pagamentos passa a apresentar *déficits* com ameaça de crise cambial, fato que ocorre em 1986 quando o governo permitiu a valorização do câmbio.

## CAPÍTULO 3

### **“Equilíbrio externo e balanço de pagamentos pós-abertura da economia brasileira”**

#### **3.- Introdução**

Fazendo-se um retrospecto das medidas internacionais adotadas pelo Brasil desde a Segunda Guerra Mundial constatam-se vários períodos distintos. Do início dos anos 40 até o início dos anos 60 a preocupação predominante dos governos era com a industrialização com vistas a substituição de importações. De 1964 a 1974 as políticas econômicas externas se tornaram mais voltadas para fora do que quando comparadas com períodos anteriores. De 1974 aos anos 80 observa-se que a política de substituição de importações ganha nova ênfase, além da procura de ofertas seguras de matérias-primas. Desde o final da década de 80, os formuladores de política econômica se empenham em formular políticas que tenham como finalidade a redução de barreiras e de restrições ao capital estrangeiro. Em 1988 foram dados os primeiros passos no sentido de liberar o comércio com a implementação do Plano Verão.

Algumas medidas adotadas em 1988/89 foram responsáveis por mudanças significativas na conduta comercial brasileira, com adoção de políticas que foram responsáveis por reduções de determinadas barreiras não tarifárias, além de redução de alíquotas de importação. A reforma tarifária que ocorreu em maio de 1988 constituiu o 1º conjunto de medidas de caráter liberal desde o início da década de 80. As medidas mais importantes dessa reforma foram: redução das alíquotas e a eliminação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), diminuição da taxa de melhoramento dos portos e a eliminação de alguns regimes especiais de isenção. Vale destacar que a confirmação desta tendência de liberalização econômica somente veio a se confirmar com o governo Collor em 1990.

O presente capítulo analisará os efeitos da abertura econômica nas contas externas do Brasil a partir da abertura. Analisar-se-á os mesmos indicadores que foram comentados no capítulo anterior, ou seja, reservas internacionais, dívida externa, e saldo do balanço de pagamentos tomando como referencial a década de 90.

### **3.1.- Contas externas do Brasil: Anos 90**

Quando Collor assume a presidência em março de 1990 a taxa de inflação mensal era de 81%. Para enfrentar o ritmo crescente da inflação o governo lança mão de um novo programa antiinflacionário, tal programa continha, dentre outras, as seguintes medidas:

- Liberação do câmbio e adoção de várias medidas para promover uma gradual abertura da economia brasileira em relação à concorrência externa;
- Promoção da extinção de vários institutos governamentais e a intenção do governo em demitir 360 mil funcionários públicos;
- Medidas preliminares para instituir um processo de privatização;
- Aumento do preço dos serviços públicos;
- 80% de todos os depósitos do *overnight*, contas correntes ou de poupanças que excedesse ao equivalente a US\$ 1,300 pelo câmbio da época foram congelados por 18 meses.

Como conseqüência das medidas adotadas observou-se uma considerável redução da liquidez do país. A forte redução da liquidez foi acompanhada por um crescimento negativo do PIB da ordem de 7,8% no segundo trimestre de 1990.

De acordo com BAER:

*“O Plano Collor tinha como uma de suas metas principais a redução do déficit primário de 8% do PIB para um superávit de 2%. O superávit real alcançado foi de 1,2%, tal resultado foi decorrente de medidas artificiais e temporárias (atraso dos pagamentos do governo aos fornecedores, suspensão do serviço da dívida consumada pelo congelamento dos ativos, etc). A redução da dívida como parte do PIB foi mais duradoura. A dívida interna líquida como proporção do PIB em 1980 era da ordem de 5,1% em 1989 passou para 22,2%, depois para 16,8% em 1990, 12,2% em 1991 e 13,9% em 1992.” (1995:199)*

Do início do governo Collor (março de 1990) até setembro de 1991 o regime da taxa de câmbio passa a ser flutuante. As minidesvalorizações são adotadas como medida de ajuste cambial, fazendo interromper o crescimento da inflação que havia atingido 80% a.m.

De acordo com SANTOS:

*“As novas regras na área cambial fixaram metas para as reservas cambiais compatíveis com a base monetária, contando com a intervenção do governo para garantir o cumprimento de tais metas, ficando o ajuste entre a oferta e a demanda de divisas a cargo do mercado. No entanto, as reservas oficiais só começaram a aumentar no final de 1991, quando a entrada líquida de capitais supera as importações líquidas de bens e serviços”.*  
(1999:20)

A considerável valorização da moeda nacional decorrente do excesso de oferta sobre a demanda de divisas estrangeiras, forçou o governo a intervir no mercado, que passou a operar em regime de “flutuação suja”.

O balanço de pagamentos fechou o ano de 1990 apresentando um *déficit* de US\$ 8.825 milhões. Este desempenho se deveu em parte à queda do *superávit* da balança comercial. Em 1989, o *superávit* foi de US\$ 16.120 milhões em 1990 foi de US\$ 10.753 milhões e em parte às despesas com juros externos que deduzidas as receitas, somam um saldo negativo da ordem de US\$ 9.748 milhões.

A balança comercial apresentou um desempenho inferior ao ano de 1989 devido ao aumento do preço do petróleo e à queda dos preços dos *commodities* com destaque para a baixa cotação do café.

Em relação ao movimento de capitais, o balanço de pagamentos registrou uma saída líquida de capitais da ordem de US\$ 4.988 milhões, ou seja, passamos a ser exportadores de capitais, o que acarretou prejuízos para nossa economia.

A dívida externa total, em 1990, era de US\$ 123.439 milhões. Foi estabelecido pelo Senado, em dezembro de 1990, que o pagamento da dívida ficaria restrito à capacidade dos recursos disponíveis além de não comprometer o nível de reservas.

Durante a vigência do plano Collor 2 que se estendeu de outubro de 1991 a junho de 1994, houve uma apreciação cambial acompanhada por minivalorizações diárias e maiores

taxas de juros que atraiu a entrada de capital estrangeiro e aumentou as reservas internacionais.

O balanço de pagamentos de 1991 apresentou um saldo negativo de US\$ 4.679 milhões, saldo este inferior ao ano de 1990, que apresentou um *déficit* de US\$ 8.825 milhões. O dispêndio com juros em 1991 foi de US\$ 8.621 milhões, menor do que o observado em 1990 que foi de US\$ 9.493 milhões; tal redução se deu em virtude da queda das taxas no exterior.

As exportações brasileiras apresentaram uma expansão de apenas 0,7% enquanto que as importações tiveram um acréscimo de 1,7% em relação ao ano de 1990. A queda dos preços das *commodities*, falta de financiamento para as vendas, altos custos portuários foram algumas das causas que prejudicaram as exportações brasileiras no ano de 1991.

O ano de 1992 foi caracterizado pelo *impeachment* do presidente Collor além da recessão que se abateu sobre a economia brasileira, apesar disso as exportações tiveram um bom desempenho. As negociações da dívida com os banqueiros do exterior e a queda da taxa de juros no mercado externo foram alguns aspectos que favoreceram a economia brasileira.

Em relação ao desempenho da balança comercial no ano de 1992 a participação no comércio internacional foi de 0,8 %. As exportações relativas a 1992 superaram a de 1991 em 14%.

O balanço de capitais foi consideravelmente positivo no ano de 1992. As baixas taxas de juros no mercado internacional foram responsáveis pela captação de um grande volume de empréstimos no exterior, que totalizaram US\$ 2.432 milhões. Devido a um maior ingresso de capitais estrangeiros, o endividamento externo cresceu, além do aumento da base monetária. Devido a isso, em 1993, foram criadas algumas medidas restritivas ao ingresso desses capitais.

No ano de 1992 verificou-se uma inversão da tendência do balanço de pagamentos, fato que permitiu acumular um valor considerável de reservas cambiais que continuou a crescer nos anos seguintes.

Com o Plano Real implementado, em julho de 1994, as autoridades monetárias elegeram a taxa de câmbio como um dos principais instrumentos de combate à inflação. No início foi estabelecida uma relação fixa de R\$ 1,00 por US\$ 1,00 onde permitiu-se que o próprio mercado determinasse a taxa de câmbio. Contudo, para evitar que a excessiva valorização do Real comprometesse as exportações brasileiras, em setembro o Banco Central retomou o processo de intervenções no mercado.

Em março de 1995, a política cambial foi modificada com a adoção do sistema de bandas cambiais. No final de três anos de Plano Real a taxa de câmbio encontrava-se fortemente valorizada e também por consequência disso, os saldos comerciais, em 1997, chegaram a atingir um *déficit* de US\$ 1,2 bilhão. As reservas se expandiram em razão de uma forte expansão da conta de capital acumulando em julho de 1997, US\$ 60 bilhões. (ver Tabela 5)

**Tabela 5 - Reservas em moeda estrangeira no Banco Central brasileiro, 1990 – 1999, conceito de caixa (US\$ milhões)**

Ano	US\$ milhões
1990	9.973
1991	9.406
1992	23.754
1993	32.211
1994	38.806
1995	51.840
1996	60.110
1997	52.173
1998	44.556
1999	36.342

*Fonte: Conjuntura Econômica, fev. 2000*

Em relação à dívida externa, até abril de 1994, o Brasil não havia aderido ao chamado Plano Brady que previa a redução no valor da dívida externa, mediante a redução do principal

ou das taxas de juros, além da extensão dos prazos de pagamento e a substituição de obrigações com taxas de juros flutuantes por títulos com taxas fixas). A adesão do Brasil foi negociada no final do mandato do presidente Fernando Collor. A finalização do acordo ocorreu na gestão do então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. Tal acordo referia-se apenas a parte da dívida do setor público com bancos comerciais estrangeiros.

De acordo com Gonçalves:

*“A maioria dos acordos realizados por países latino-americanos, com base nos princípios do Plano Brady, resultaram em descontos moderados, não ocorrendo redução significativa do nível de endividamento.”* (2000:19)

**Tabela 6 - Dívida externa total do Brasil, por prazo: 1990 – 1999 (milhões de dólares)**

Ano	Dívida Total	Médio e longo prazo	Curto prazo
1990	123.439	96.546	26.893
1991	123.910	92.996	30.914
1992	135.949	110.835	25.114
1993	145.726	114.270	31.456
1994	148.295	119.668	28.627
1995	159.256	129.313	29.943
1996	179.935	142.148	37.787
1997	199.998	163.283	36.715
1998	234.694	210.659	24.035
1999	241.200	212.600	28.600

*Fonte: Conjuntura Econômica, fev. 2000 & Banco Central*

O desconto proporcionado pelo acordo foi da ordem de 3,7 bilhões de dólares, ou seja, 7,6% do valor da dívida afetada pelo acordo. O fato de ter-se conseguido “servir a dívida” não significou na redução de seu estoque.

Como uma das conseqüências da valorização artificial do Real em relação ao dólar, verifica-se que entre 1995 e 1999 ocorreu um *déficit* comercial acumulado de 24,7 bilhões de dólares. Em relação à balança de serviços o *déficit* acumulado, no mesmo período é de 122,7 bilhões de dólares.



No final de 1999 a dívida externa brasileira era de 241,2 bilhões de dólares. Desse montante, 212,6 bilhões de dólares eram dívida de médio e longo prazo enquanto 28,6 bilhões correspondiam a dívida de curto prazo. A dívida vem mudando de perfil nos últimos anos e praticamente não cresce de 1998 para 1999. (ver Tabela 6)

O *déficit* em transações correntes, no período de 1994 a 1995, entre o Brasil e o mundo aumentou de 1,7 bilhão de dólares para 17,9 bilhões de dólares. O *déficit* acumulado na balança de transações correntes entre 1995 e 1999 foi de 134,7 bilhões de dólares.

**Tabela 7 - Balança de serviços do Brasil 1994-99, em valores líquidos (bilhões de dólares)**

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Viagens internacionais	-1.181	-2.419	-3.593	-4.376	-4.146	-1.437
Transportes	-2.441	-3.200	-3.480	-4.123	-4.150	-2.802
Seguros	-132	-122	-62	73	82	-127
Lucros/dividendos	-2.483	-2.590	-2.374	-5.597	-7.182	-4.058
Juros líquidos	-6.338	-8.158	-9.840	-10.391	-11.947	-15.170
Outros	-2.085	-1.910	-1.912	-2.333	-2883	-1.618
Saldo	-14.743	-18.594	-21.707	-26.897	-30.351	-25.212

Fonte: *Conjuntura Econômica*, fev. 2000

**Tabela 8 - Passivo externo da economia brasileira (estoque): 1994-1997 ( em bilhões de dólares)**

	1994	1995	1996	1997
Passivo externo total	213,4	227,9	275,5	320,9
Dívida externa total	148,2	159,2	179,9	199,9
Investimento externo direto	39,9	44,5	54,4	71,5
Investimento de portfólio	25,2	24,2	41,2	55,6
Ativos externos do Brasil	63,9	70,8	83,2	74,5
Passivo externo líquido	1149,5	157,1	192,3	246,4

Fonte: Reinaldo Gonçalves, *Globalização e desnacionalização*, p.75.

A dívida pública interna, que no final do ano de 1999 era da ordem de 516 bilhões de reais, acompanhou o crescimento do passivo externo total do país.

### **3.2.- Notas Finais**

Ao assumir a presidência em 1990 Collor deparou-se com uma taxa de inflação mensal da ordem de 81%. Para enfrentar o ritmo crescente da inflação o governo lança mão de um programa antiinflacionário. Tais medidas foram responsáveis por uma considerável redução da liquidez do país.

Entre março de 1990 até setembro de 1991 o regime da taxa de câmbio passa a ser flutuante acompanhado de minidesvalorizações que foram adotadas como medida de ajuste cambial, fazendo interromper o crescimento da inflação que havia atingido 80% a.m.

O ano de 1992 foi caracterizado pelo *impeachment* do presidente Collor. Neste mesmo ano as negociações da dívida com os banqueiros do exterior e a queda da taxa de juros internacionais favoreceram a economia brasileira que estava passando por uma crise política e econômica. Observou-se, nesse ano, um maior ingresso de capitais estrangeiros no Brasil em decorrência das baixas taxas de juros internacionais. O endividamento externo, por sua vez, aumentou. Devido a isso, em 1993, foram criadas algumas medidas restritivas ao ingresso desses capitais.

Desde o início do Plano Real a taxa de câmbio estava sobrevalorizada, ou seja, o preço do dólar estava excessivamente mais barato. Sendo assim, os produtos estrangeiros tornaram-se mais acessíveis, ocasionando um aumento das importações, o que resultou em *déficits* na balança comercial.

Em decorrência da grande saída de dólares do país, em virtude da valorização artificial do Real, o governo passa a incentivar a entrada de capital estrangeiro por meio de taxas de juros elevadas, atraindo investidores externos por oferecer uma maior remuneração, para compensar o saldo negativo da balança comercial.

Entre 1994 e 1995 o *déficit* em transações correntes, entre o Brasil e o mundo aumentou de 1,7 bilhão de dólares para 17,9 bilhões de dólares. O *déficit* acumulado na balança de transações correntes entre 1995 e 1999 foi de 134,7 bilhões de dólares.

Em decorrência da valorização artificial do Real em relação ao dólar, verifica-se que entre 1995 e 1999 ocorreu um *déficit* comercial acumulado de 24,7 bilhões de dólares. Em relação à balança de serviços o *déficit* acumulado, no mesmo período é de 122,7 bilhões de dólares.

## CAPÍTULO 4

### “Análise comparada entre a década de 80 e 90”

#### 4.- Introdução

Nos dois últimos capítulos mostrou-se o comportamento da economia brasileira retratada através do balanço de pagamentos antes e após o processo de abertura econômica (cristalizada no início dos anos 90) através da análise de alguns indicadores econômicos.

O presente capítulo tem por finalidade fazer uma análise comparada entre a década de 80 e 90 através dos mesmos indicadores que serviram de análise nos dois capítulos anteriores.

#### 4.1.- Análise Comparada: década de 80 e 90

Durante quase toda a década de 80 a balança comercial brasileira apresentou um comportamento bastante satisfatório, em alguns períodos esteve equilibrada e em outros *superavitária*. Os *déficits* observados entre 1978 e 1980 foram decorrentes dos choques do petróleo que ocorreram em 1973 e 1979 que ocasionaram o encarecimento deste produto, que possuía e ainda possui uma expressiva participação na pauta de importação brasileira.

A partir de 1995 os *déficits* observados na balança comercial passam a ser decorrentes de uma maior intensificação do processo de abertura econômica, bem como de uma valorização artificial do Real; o objetivo dessa valorização era dar sustentação ao Plano Real implementado em julho de 1994. Sendo assim, podemos afirmar que durante a década de 80 as causas dos *déficits* da balança comercial foram exógenas o que não pode ser dito quanto a década de 90. (ver Tabela 10)

Antes de 1995, como já destacamos, o desempenho da balança comercial foi extremamente satisfatório, além de observar-se *superávits* na balança de transações correntes mesmo com sucessivos *déficits* na balança de serviços. Em 1992 o *superávit* na balança de transações correntes ultrapassou a casa dos 6 bilhões de dólares.

A partir de 1992 o Brasil passa a apresentar um forte fluxo de entrada de capitais, além de um bom desempenho nas transações correntes. Permitindo assim, um acúmulo em reservas internacionais jamais alcançados.

A balança de serviços, por sua vez, esteve deficitária durante a década de 80 e 90. As causas desses *déficits*, entre outros fatores, foram o pagamento de juros sobre a dívida externa e as remessas de lucros e dividendos ao exterior por parte das empresas estrangeiras, processo que se intensificou durante a década de 90 com o advento das privatizações, onde empresas estrangeiras adquiriram empresas nacionais. (ver Tabela 12). A participação do capital estrangeiro no total de privatizações cresce de 4% em 1995 para 42% em 1998.

O comportamento da balança de serviços fez com que o balanço de pagamentos apresentasse constantes *déficits*, que foram financiados com entrada de capitais.

**Tabela 9 - Desnacionalização da economia brasileira: indicadores, 1995-99**  
**(Indicadores da participação do capital estrangeiro em %)**

Participação do capital estrangeiro	1995	1996	1997	1998	1999
Fluxo de investimento bruto	2,5	6,1	10,2	15,4	24,6
Estoque de capital fixo	6,8	7,8	9,2	10,5	12,4
Estoque líquido de riqueza	5,7	6,3	7,0	8,0	9,7
Valo bruto da produção	13,5	15,5	18,3	20,8	24,6
Vendas das grandes empresas	33,3	34,1	36,3	43,5	Nd
Ativos do sistema bancário	11,9	13,6	21,1	22,5	24,0

Fonte: Gonçalves, Reinaldo. Desnacionalização da econômica. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, Corecon – RJ, nº 131, mar. 2000, p. 3-4

Notas: (nd) não disponível

O processo de privatização faz parte do receituário neoliberal proposto pelo FMI, fundamental no processo de globalização. Os defensores do processo de privatização afirmam que as empresas estatais são menos eficientes que as empresas particulares, além da globalização exigir empresas ágeis e capazes de enfrentar a concorrência.

Por outro lado, os críticos desse processo afirmam que as estatais possuem papel de fundamental importância no desenvolvimento nacional, tendo em vista que controlam áreas estratégicas.

**Tabela 10 - Balança comercial do Brasil, em milhões de dólares (1980/1999)**

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1980	20.133	22.954	-2.821
1981	23.292	22.092	1.200
1982	20.176	19.395	781
1983	21.899	15.429	6.470
1984	27.006	13.916	13.090
1985	25.642	13.154	12.488
1986	22.349	14.045	8.304
1987	26.224	15.053	11.171
1988	33.789	14.605	19.184
1989	34.383	18.263	16.120
1990	31.414	20.661	10.753
1991	31.620	21.041	10.579
1992	35.862	20.554	15.308
1993	38.597	25.659	12.938
1994	43.545	33.105	10.440
1995	46.506	49.664	-3.158
1996	47.747	53.301	-5.554
1997	52.990	61.347	-8.357
1998	51.120	57.594	-6.484
1999	48.006	49.212	-1.206

Fonte: *Conjuntura Econômica*, fev.2000

Em relação à dívida externa observa-se um aumento permanente durante a década de 80 e 90. A dívida externa brasileira aumentou consideravelmente no final da década de 70 como resultado da elevação dos juros internacionais. Entre 1975 e 1984 a taxa de juros nos Estados Unidos passou de 5,7% para 18,8% ocasionando despesas extras da ordem de 26,6 bilhões de dólares para o Brasil durante esse período. (ver Tabela 11)

A crise atinge o seu auge em 1982. O setor público respondia, nessa época, por quase a totalidade da dívida, diferentemente do que ocorre atualmente.

No início dos anos 90 os gastos do governo federal com custeio de pessoal, encargos sociais e transferências a estados e municípios concorreram para o crescimento da dívida. Em 1994 com a implementação do Plano Real o endividamento cresceu devido ao pagamento dos juros, em decorrência da política monetária baseada em taxas de juros elevadas para atrair capital estrangeiro de forma a garantir o sistema de bandas cambiais, com câmbio sobrevalorizado

**Tabela 11 - Dívida externa total do Brasil: 1980 – 1999 (milhões de dólares)**

Ano	Dívida total
1980	64.245
1981	73.963
1982	85.304
1983	93.556
1984	102.040
1985	105.171
1986	111.203
1987	121.188
1988	113.511
1989	115.506
1990	123.439
1991	123.910
1992	135.949
1993	145.726
1994	148.295
1995	159.256
1996	179.935
1997	199.998
1998	234.694
1999	241.200

Fonte: *Conjuntura Econômica*, fev. 2000 & Banco Central

A capacidade do Brasil de obter divisas para o pagamento da dívida foi reduzida devido ao aumento do estoque e serviço da dívida. Sendo assim, o Brasil passa de recebedor líquido de capitais para exportador de capitais sob a forma principal de pagamento da dívida.

Nos últimos anos a dívida externa brasileira vem mudando de perfil, já não se concentra nos governos estaduais e federal e sim na iniciativa privada. Tornou-se mais barato para as empresas nacionais financiar seus projetos de investimento com recursos externos, devido ao fato de captarem recursos a uma taxa de juros inferior. Tal comportamento pode ser atribuído aos juros elevados impostos pela política monetária e cambial implementada com o Plano Real a partir de 1995.

Em janeiro de 1999 empresas e governo diminuem a emissão de títulos no exterior tendo em vista que a crise cambial fez com que os investidores diminuíssem a disposição de emprestar dinheiro ao país. O mercado internacional fica receioso em relação ao desempenho da economia brasileira e teme por uma possível suspensão dos pagamentos.

**Tabela 12 - Balança de serviços do Brasil 1980 – 1999, em valores líquidos ( milhões de dólares)**

Ano	Serviços (líquido)
1980	-10.152
1981	-13.135
1982	-17.082
1983	-13.415
1984	-13.215
1985	-12.877
1986	-13.695
1987	-12.678
1988	-15.103
1989	-15.331
1990	-15.369
1991	-13.542
1992	-11.339
1993	-15.585
1994	-14.743
1995	-18.594
1996	-21.707
1997	-26.897
1998	-30.351
1999	-25.212

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, vários volumes



Os persistentes *déficits* em conta corrente observados nas duas últimas décadas fez com que o país ficasse cada vez mais dependente do sistema financeiro internacional. No início dos anos 80, mais precisamente em 1982, a deterioração dos indicadores externos do país, acabou por provocar uma retração na entrada de capitais que perdurou por uma década. Dessa forma, o balanço de pagamentos do Brasil entre 1982 – 1991 apresentou-se deficitário em quase todo o período; especialistas afirmam que os resultados só não foram piores porque a partir de 1983 a balança comercial retomou sua tendência histórica de *superávits*.

Segundo PAULANI:

*“No período de 1983 – 1994, o país logrou polpidos superávits em suas operações comerciais, que giraram em torno dos US\$ 10 bilhões anuais e chegaram quase aos US\$ 20 bilhões em 1998. Mesmo assim, o país teve de pedir ajuda ao FMI (em vários momentos) e declarar moratória em 1987”.* (2000:135)

A valorização artificial do Real juntamente com a abertura comercial interrompeu 14 anos de saldos comerciais favoráveis. Assim, já em 1995 registrava-se um *déficit* de US\$ 3.158 milhões. Estes *déficits* foram financiados por volumosas entradas de capitais, em sua maioria de curto prazo, que foram atraídos pelas elevadas taxas de juros internas. Contudo, a crescente vulnerabilidade do país e a insustentabilidade da taxa de câmbio acabou por modificar essa tendência, o que confirmou-se com a eclosão da crise asiática (setembro de 1997) e russa (agosto de 1998).

De agosto a setembro de 1998 as reservas caíram de US\$ 67,333 bilhões para US\$ 45,811 bilhões, pelo conceito liquidez internacional, que inclui moeda forte prontamente disponível e crédito de médio e longo prazo, sendo maior perda de reservas já registradas pelo Banco Central em um único mês, além de superar as baixas ocorridas nas crises mexicana e asiática.

O *déficit* em transações correntes, que é um dos principais indicadores da vulnerabilidade do país à crises externas, foi de 4,06% do PIB nos 12 meses encerrados em abril 2000, contra 4,01% do PIB verificado no mês anterior.

O *déficit* em transações é um indicador importante porque mostra a dependência do país em relação aos capitais estrangeiros. Quando o país gasta acima de suas receitas nas suas transações com o resto do mundo, o país é obrigado a tomar empréstimos ou a atrair investimentos para cobrir a diferença. *Déficits* altos deixam o país vulnerável a crises externas.

Estão entre as transações contabilizadas no *déficit* o comércio exterior, os serviços e as chamadas transferências unilaterais que correspondem ao dinheiro remetido ao Brasil por residentes no exterior e vice-versa, sem relação comercial ou financeira. Entre esses itens, os serviços foram os que contribuíram com maior peso no aumento do *déficit* em abril. O pagamento de juros da dívida externa atingiu US\$ 2,414 bilhões, o que representa um acréscimo de 28,8% em relação ao mesmo mês do ano passado. Outro serviço que teve peso considerável no aumento do *déficit* em abril foi a remessa de lucros e dividendos, que somou US\$ 452 milhões. (ver Tabela 13)

**Tabela 13 - Déficit em transações correntes – abril de 1999 e abril de 2000**  
**US\$ bilhões**

	Abril de 1999	Abril de 2000
<b>Balança Comercial</b>	35	183
• Exportações	3.707	4.181
• Importações	3.672	3.998
<b>Balança de Serviços</b>	-2.691	-3.405
• Juros	-1.874	-2.414
• Viagens internacionais (*)	-55	-143
• Lucros e dividendos	-345	-452
• Outros (**)	-417	-396
<b>Transferências unilaterais</b>	175	143
<b><i>Déficit</i> em transações correntes</b>	-2.481	-3.078
<b><i>Déficit</i> em transações correntes acumulado em 12 meses</b>	-32.418	-23.823
<b><i>Déficit</i> em transações correntes acumulado em 12 meses</b>	-461	-406
<b>(% do PIB)</b>		

Fonte: Banco Central. Notas: (\*) Inclui gasto com cartão de crédito. (\*\*) Transportes, seguros, despesas governamentais, entre outros.

#### **4.2.- Notas Finais**

A balança comercial durante a maior parte da década de 80 apresentou um comportamento satisfatório. Com a implementação do Plano Real em julho de 1994 a balança comercial brasileira passou a apresentar *déficits* sucessivos decorrentes de uma maior intensificação do processo de abertura econômica, bem como de uma valorização artificial do Real.

No final da década de 70 a dívida externa brasileira aumentou consideravelmente em decorrência da elevação dos juros internacionais. Em 1982 a crise atinge o seu auge, à esta época grande parte da dívida era oriunda do setor público, diferentemente do que ocorre atualmente.

A balança de serviços esteve deficitária durante a década de 80 e 90. O pagamento de juros sobre a dívida externa e as remessas de lucros e dividendos ao exterior por parte das empresas estrangeiras, processo que se intensificou na década de 90, foram algumas das causas desses sucessivos *déficits*. Os sucessivos *déficits* da balança de serviços contribuíram para que a balança de pagamentos apresentassem constantes *déficits* que foram financiados com entrada de capitais.

A partir de 1992 observa-se um forte fluxo de entrada de capitais, bem como um bom desempenho nas transações correntes o que permitiu um acúmulo de reservas em um montante jamais alcançado.

A valorização artificial do Real e o processo de abertura comercial interromperam 14 anos de saldos comerciais favoráveis. Tais *déficits* foram financiados por volumosas entradas de capitais, em sua maioria de curto prazo.

## Conclusão

A década de 90 foi caracterizada pelo desenvolvimento do processo de internacionalização do capital conhecido por muitos como globalização da economia. Os países passaram a intensificar suas relações quanto aos fluxos comerciais e financeiros.

O processo de liberalização comercial está intimamente ligado a abertura às importações que atua como forma de garantir a concorrência, contudo o que observa-se é uma concentração cada vez maior com a formação de oligopólios mundiais.

Segundo GONÇALVES;

*... “quanto ao discurso da concorrência perfeita, basta notar que entre 1985 e 1991, a participação dos cinco maiores grupos nos EUA aumentou 79,8% para 97,4% na indústria de eletrodomésticos, de 61,4% para 75,4% no setor de transporte aéreo, de 57,6% para 66,1% em pneus, e de 55,6% para 61,9% na indústria de software”. (1994:30)*

O investimento direto estrangeiro é caracterizado por excessiva concentração em países desenvolvidos, o que por sua vez aumenta, ainda mais, os desequilíbrios regionais.

A recente pesquisa divulgada pelo Banco Mundial destaca que quase metade dos 6 bilhões de habitantes da Terra vive com menos de US\$ 2 por dia, embora tenha se verificado um crescimento acelerado e considerável da economia mundial, o que significa que ocorreu uma concentração de riquezas nas regiões mais ricas.

Em relação aos produtos brasileiros, a política comercial norte-americana tem-se caracterizado pela imposição de barreiras à importação de nossos produtos; o que é, no mínimo, contraditório já que os EUA é considerado o maior defensor dos princípios liberais e democráticos. A atitude protecionista de países desenvolvidos tem contribuído para o aumento da pobreza no mundo.

Uma das principais dificuldades a ser superada para que o Brasil atinja um crescimento sustentado são os desequilíbrios de suas contas externas. A vulnerabilidade

externa, por sua vez, é um dos principais problemas a ser enfrentado pelo Brasil nos próximos anos.

A abertura comercial brasileira, cristalizada no início dos anos 90, trouxe consigo uma dinâmica que faz com que os *déficits* sejam recorrentes. Devido a dependência da indústria brasileira da importação de insumos e componentes as importações crescem mais rápido do que as exportações.

O *déficit* acumulado medido de janeiro a novembro de 2000 na balança comercial brasileira foi de US\$ 474 milhões, mais que o dobro da previsão feita pela secretaria de comércio exterior. O mês de novembro, por sua vez, registrou o pior desempenho do ano ficando com um saldo negativo da ordem de US\$ 630 milhões. Em novembro nossas importações cresceram 10,7% com relação ao mesmo período do ano passado. Até o final do ano o resultado da balança comercial tende a piorar em virtude das importações de produtos para as festas de final de ano.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior afirma que o incremento das importações foi decorrente do aumento das compras de matérias-primas e insumos, em decorrência do aumento das exportações de produtos manufaturados e aumento dos gastos com a compra de petróleo.

A partir de 1994, portanto com a implementação do Plano Real, tem-se observado sucessivos *déficits* em transações correntes fazendo com que o país fique cada vez mais dependente do movimento internacional de capitais aumentando sua vulnerabilidade às crises internacionais. Essa situação eleva o estoque da dívida externa e torna nossa economia dependente dos capitais de curto prazo em um momento crítico do sistema capitalista em nível mundial.

Em outubro de 2000 o balanço de pagamentos apresentou *déficit* em decorrência da saída líquida de US\$ 3,5 bilhões em transações correntes e ingressos líquidos de US\$ 2,8 bilhões em capitais. O saldo de US\$ de 668 milhões foi financiado com o uso de reservas internacionais. O *déficit* em transações correntes, por sua vez, registrou aumento de US\$ bilhão em relação a outubro de 1999 devido ao *déficit* comercial mais elevado e a reversão do fluxo de lucros e dividendos.

**BIBLIOGRAFIA**

- ARAÚJO JR., José Tavares. **Uma estratégia não liberal para a abertura da economia brasileira**. Revista Nova Economia. Belo Horizonte. Vol. 2, Nov., 1991.
- BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo. Nobel, 1996.
- BAUMANN, Renato. **O Brasil e a Economia Global**. Rio de Janeiro. Campus Sobeet, 1996.
- CANUTO, Otaviano. **Brasil e Coréia do Sul: os (des)caminhos da industrialização tardia**. São Paulo. Nobel, 1994.
- CARNEIRO, Dionísio Dias. **Diagnóstico macroeconômico da economia brasileira**. Fundação João Pinheiro, 1, nº1, dez./ 1986.
- DORNBUSH, Rudiger & FISCHER, Stanley. **Macroeconomia**. 2º edição. São Paulo. Makron, Mcgraw-Hill, 1991.
- FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 1999.
- GONÇALVES, Reinaldo; POMAR, Valter. **O Brasil Endividado**. 1º edição. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2000.
- GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de; JÚNIOR, Rudinei Toneto - **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1996.
- J. BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Rio de Janeiro. Vozes, 1995.
- PAULANE, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A Nova Contabilidade Social**. São Paulo. Saraiva, 2000
- LOPES & ROSSETTI. **Economia Monetária**. 6º Edição. São Paulo. Atlas, 1992.
- MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 3º edição. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos, 1997.

SANTOS, Denise Elisângela Cordeiro Mendonça - **A Dinâmica da Balança Comercial Brasileira no Processo de Abertura Econômica**. Monografia Aprovada no Curso de Economia da Universidade Federal do Ceará . Fortaleza.1999.

SIMONSEM, Mário Henrique. **Dívida externa e crescimento econômico**. In: *Symposium* 14 jun./ 1982, p. 5-6.

\_\_\_\_\_.; CYSNE, Rubens Penha. **Macroeconomia**. 2º edição. São Paulo. Atlas, 1995.